

51020200391000000000000010010012000082215544

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 2.995/97, DE 2000

Acrescenta incisos ao art. 59 do Decretolei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

Autor: Deputado JAIR BOLSONARO

Relator: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

## I – RELATÓRIO:

O projeto de lei sob exame tem por objetivo acrescentar dois incisos ao art. 59 do Código Penal, que versa sobre a fixação da pena pelo julgador.

Propõe o ilustre autor que, ao estabelecer o juiz as penas aplicáveis, sua quantidade, o regime inicial de seu cumprimento e a substituição da sanção privativa de liberdade por reprimenda de outra espécie, se cabível, deva ele também assinalar no *decisum* a data em que o réu deverá ser posto em liberdade, e o momento em que fará *jus* ao livramento condicional, desde que cumpridas as exigências legais.

Justifica o autor sua proposição ao argumento de que o sistema penitenciário brasileiro tem se revelado inadequado no que diz respeito ao cumprimento da legislação pertinente, em especial no que toca à execução penal. Com tal medida, assoalha, não só se fará justiça aos que cumprem ou cumpriram pena, como também se evitará que o Estado seja condenado a ressarcir, através de indenizações milionárias, os que ficarem presos além do tempo fixado na sentença.

Cabe a esta CCJR o exame de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR:**

O projeto de lei em exame atende, em linhas gerais, aos pressupostos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação da iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 22, inciso I, 48 e 61, *caput*, todos da Constituição Federal.

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade ou técnica legislativa.

No mérito, penso que o projeto é oportuno e visa à celeridade na execução imediata das decisões condenatórias, também no momento em que a sanção se vê cumprida. De fato, a execução das penas no Brasil tem deixado muito a desejar. Vemos, com incômoda freqüência, casos de pessoas que há muito deveriam ter sido libertadas, por haverem cumprido a pena imposta, e, no entanto, lá ainda se encontram, aumentando ainda mais o cáos da nossa superpopulação carcerária.

Tal medida, penso, contribuirá para a melhora desse dramático quadro. Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 2.295/97 e, no mérito, por sua aprovação na forma do substitutivo em anexo, eis que o texto deve ser explicitado e adequado à melhor técnica jurídica.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.995/97, DE 2000

Acrescenta incisos ao art. 59 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescentem-se os incisos V e VI ao art. 59 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação;

"Art. 59	
I	
III	
IV	
V	

V - a data em que o réu deverá ser libertado, desde que cumpridas as exigências legais e não concedidos outros benefícios que alterem a quantidade da pena a ser cumprida.

VI - a data em que o réu terá direito ao livramento condicional, desde que cumpridas as exigências legais e observado o disposto na parte final do inciso anterior."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2000.

## **Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO**